

Eixo Temático: Educação e Movimentos Populares

DAS MÃOS DAS MULHERES ARTESÃS À “ARTE DA TERRA”: RELAÇÕES EDUCATIVAS CONTRUÍDAS NO PROCESSO DE AUTOGESTÃO DO TRABALHO

POLINI, Ilza Nunes da Cunha
Mestranda em Educação PPGE/UFMT
ilzapolini@hotmail.com

RESUMO

O trabalho de seis mulheres artesãs da associação “Arte da Terra” localizada no Distrito de nome Progresso, distante há 15 km da cidade de Tangará da Serra e 220 km da capital Cuiabá, situada a sudoeste do Estado de Mato Grosso, é realizado há dois anos, numa perspectiva solidária da divisão do trabalho e da produção, onde se dedicam a confecção de peças ornamentais. Na modelagem do barro, as mãos das mulheres artesãs produzem os artefatos culturais característicos do Estado de Mato Grosso: fontes de água, tuiuiús (ave típica do pantanal), tangarás (ave que deu nome a cidade de Tangará da Serra), pratos de parede, jarros, potes, todos feios de barro, matéria-prima que a associação recebe como doação. Este artigo é parte de uma pesquisa em andamento no Curso de Mestrado em Educação, do Programa de Pós Graduação em Educação, da Universidade Federal do Mato Grosso. A perspectiva do materialismo histórico e dialético orientará a execução da metodologia “estudo de caso” (Yin, 1993), cujas observações e entrevistas serão minuciosamente elaboradas e registradas em “diário de campo”(FONSECA, 1999), além de realizar algumas visitas a espaços onde vivem e se estabelecem outras associações com as características de autogestão solidária, tais como: Chapada dos Guimarães, Nova Ubiratã e Santo Antonio do Leverger, todos no Mato Grosso, para compreender os protagonismos e as resistências nos espaços de vida e de trabalho dos sujeitos. De acordo com nossas análises preliminares, percebemos que estes têm conquistado um lugar, configurado como uma alternativa para a classe trabalhadora, tanto da cidade como do campo, para libertar-se das diversas formas do trabalho alienado. Os sujeitos dessa modalidade da economia popular estão vivendo um processo de disputa por legitimação e validação social desse modo de produção da existência, vinculada à reprodução ampliada da vida, em detrimento ao do capital. O trabalho feminino das artesãs, reunidas na Associação “Arte da Terra”, respeita o direito ao controle da produção através da criação de estratégias e condições que asseguram a melhoria da qualidade de vida e o seu estar no mundo, à valorização do trabalho feminino e dos seres humanos. Assim, intenciona-se discutir a produção associada e a interface educação e trabalho, entender a dimensão do trabalho como princípio educativo e como se relacionam os processos econômicos e produtivos desse fazer. Antonio Gramsci (1989a,1989b), Bernard Charlot (2000), Lia Tiriba (2002, 2003, 2006), entre outros, serão os interlocutores das reflexões. Consideramos muito importante compreender, na experiência de autogestão solidária, a possibilidade de construir uma nova cultura do trabalho e renda, assim como apontar para novas perspectivas de se vislumbrar um projeto de sociedade baseado na solidariedade e na emancipação dos indivíduos.

Palavras-chave: Produção Associada. Autogestão solidária. Educação/Trabalho.

1 INTRODUÇÃO

A Revolução Industrial representou uma série de inovações técnicas que marcaram a transição da produção tradicional, de maneira predominantemente artesanal, para a produção industrial, marcando o início de uma nova fase nos modos de vivenciar as relações de trabalho. A organização do trabalho, na emergência do sistema fabril, se por um lado pretendia manter as massas de operários assalariados trabalhando, seguindo disciplinas externas e sob vigilância constante, com o objetivo do aumento da produtividade, por outro resultou em condições desumanas de trabalho, quer seja referente à intensificação da jornada de trabalho, quer seja referente à “utilização selvagem da força de trabalho de mulheres e crianças” (NOGUEIRA, 1990, p.24).

Num salto histórico, vemos que no Brasil, o contexto econômico, social e político desde o final dos anos 1990 apresentavam índices altos de desemprego e possuía um cenário preocupante com o aumento da diferença na distribuição da renda, a desigualdade e exclusão social. Este quadro se agravou através dos anos, pela falta de qualificação do trabalhador e devido ao mercado de trabalho não comportar/absorver grande número de pessoas que procuravam uma fonte de renda para garantir a sua sobrevivência e a de suas famílias.

Desde o final da década de 1980, para subsistir e/ou se contrapor a lógica capitalista, os trabalhadores expulsos do mercado de trabalho, por meio de ações coletivas, autogestionárias, ocupam fábricas fechadas, ativam sua produção e criam associações cooperativas de produção, consumo e crédito. Os trabalhadores, em diversos casos tomaram para si os meios de produção, organizando eles mesmos o processo de trabalho. Por opção ou pela falta dela esses trabalhadores em sua maneira tem tentado ‘governar’ a si mesmo e/ou mundo do trabalho do qual fazem parte.

Se o trabalho tornou-se mercadoria e o trabalhador não é o dono do produto do seu trabalho, na atual organização social do capitalismo é possível dizer que o trabalho tem o princípio educativo? Verifica-se um crescente número de associações e cooperativas autogeridas, como também a “falência” de outras, que se organizam na perspectiva da economia popular com o objetivo da reprodução da vida, com princípios de auto-ajuda da solidariedade e comensalidade.

O trabalho sempre foi e continua sendo a forma pelas quais homens, mulheres (e por que não dizer num passado próximo, as crianças?) retiram seu sustento. O “surgimento” das associações pode significar o entendimento do trabalhador do processo de exploração em que vive e assim ele faz a opção para a produção coletiva? Será que a condição de exploração

educa o trabalhador? O processo pedagógico de trabalho coletivo permeia e tece as relações de produção, são “novas formas de organização do trabalho, novos padrões de relação, novas exigências de qualificação, novas ideologias”, tal como questiona Kuenzer (1985, p.11):

E essas “novas” formas de organização do trabalho produtivo educativo do fazer coletivo, nos permitirão um olhar sobre essa “nova economia” gestada e efetivada pelas/nas classes sociais e construídas nos diferentes espaços e tempos históricos.

Pretendemos neste artigo discutir a respeito de quais os caminhos percorre a Associação “Arte da Terra”, da criação ao fazer cotidiano, suas redes, seus fios invisíveis de produção¹, mas também de produção/reprodução das relações humanas, assim como relacionar o trabalho como princípio educativo, como atividade humana, suas dimensões ontológicas e históricas, como possibilidade de construir uma “nova economia”.

2 – CONTEXTOS DE PRODUÇÃO: RELAÇÕES TRABALHO E EDUCAÇÃO

Gramsci quando analisou os conselhos de fábrica do movimento operário, em Turim (1919 e 1921), afirmava que as experiências nas quais os trabalhadores controlam a produção representam uma “escola maravilhosa de formação de experiência política e administrativa” (GRAMSCI e BORDIGA, 198, p.36), seria o poder efetivo de decisão, a autoconsciência. As experiências de autogestão, como na década de 1980, onde os trabalhadores ocuparam e ativaram fábricas fechadas, não são suficientes para que o trabalhador se aproprie dos meios de produção, é necessário articular esses saberes de forma que ele construa uma nova cultura do trabalho, mais humana e solidária.

Nesse sentido para Gramsci (1986a) a relação pedagógica não é exclusividade da escola, ela existe em toda a sociedade e em todos os indivíduos. Assim, intelectual e trabalhador não podem ser separados, eles se determinam mutuamente. O trabalho educa, mas a escola, embora necessária, não pode ser considerada como o único espaço para formação de intelectuais. O ser humano se faz, se universaliza pelo trabalho, o trabalho o torna humano.

Esse processo de preparar os homens e as mulheres para ser dirigentes, é também um processo de conquista da hegemonia pelas classes populares e exige uma profunda compreensão político-pedagógica. Hegemonia, na perspectiva gramsciana significa defender

¹ Em os fios invisíveis da produção, Maria Augusta Tavares (2005), tece uma análise sobre a “nova informalidade” como elemento da reestruturação produtiva.

a vontade da população, o que não quer dizer o uso da força, mas da constituição de relações individuais em processos coletivos. É no e pelo coletivo que se pode chegar ao ponto de questionar o próprio conceito de poder.

Para Tiriba (2008, p.4), o objetivo da educação não poderia ser outro a não ser o de contribuir para que homens e mulheres trabalhadoras pudessem rearticular os saberes sobre a vida em sociedade, apropriando-se do processo de trabalho e sua totalidade. Educar para Gramsci (1986b) significa superar a dependência das classes subalternas e transformar as relações de hegemonia em relação pedagógica, pois como já dissemos a educação não acontece somente na sala de aula, no âmbito das “relações escolares”. Na observação do processo de constituição das relações das mulheres artesãs, na modelagem do barro e confecção dos artesanatos da Associação “Arte da Terra” será possível, com o desenvolvimento das ações da pesquisa, identificar as “relações com os saberes”, tal como concebe Bernard Charlot (2000). Como o trabalho feminino, no fazer diário da produção das peças artesanais, possibilita a constituição de relações consigo mesma, com as outras e com o mundo a qual pertencem e compartilham suas vidas? Há uma autoconsciência do coletivo, da reinvenção do poder?

Para Marx, a base da sociedade como característica fundamental do ser humano está no trabalho, “é do e pelo trabalho que o homem se faz homem, constrói a sociedade, é pelo trabalho que o homem transforma a sociedade e faz história” (ANDERY, 1996, p.401). E neste fazer histórico se alternam trabalho e saberes - produzidos, reproduzidos, significados e re-significados.

É também importante e necessário compreender como se dá o processo de consciência do eu/sujeito/coletivo, pesquisar os fios que tecem educação/trabalho neste ambiente das associações que intencionam a reprodução ampliada da vida e a superação do trabalho alienado. As questões gerais da pesquisa estão sendo construídas, e a princípio são considerados como “cultura do trabalho”, “produção associada”, “produção de saberes, os processos econômicos, produtivos e educacionais desse fazer coletivo.

Os seres humanos criam e recriam, pela ação consciente do trabalho, sua própria existência. O trabalho humano é uma atividade consciente, de escolha e liberdade, mas não uma escolha livre das condições históricas construídas socialmente (LUKÁCS, 1978 e MARX, 1986). E essas condições não escolhidas são construídas socialmente e assim possíveis de serem alteradas por vontade e ações coletivas.

Essa vontade coletiva de se organizar implica a compreensão (em que medida consciente?) de com quem e para quem estamos produzindo. A formação de uma vontade

coletiva significa também a construção de uma nova concepção de mundo e de vida que se deseja construir, é a identidade da classe trabalhadora. E a organização através da produção associada é uma forma de articular a sua existência na sociedade, isto é, um “conhece-te a ti mesmo” de Sócrates. Ou seja, é perceber-se como produto de um contexto histórico, é a consciência daquilo que somos realmente.

A opção do trabalho coletivo é resultado de uma vontade coletiva autônoma? Com esse olhar questiona-se como surgiu a associação? A autogestão é escolha consciente, é a opção do grupo como saída para a produção coletiva ou é a falta dela? A associação é a única fonte de renda das pessoas envolvidas? Quem então fica responsável pela “gestão de pessoas? Quem são os “intelectuais”? Quem controla quem, quem é o “capataz”²? A disciplina do trabalho é definida pelo coletivo, é um consenso no grupo?

Para Gramsci, (1989, p.21) “a consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam”. A autoconsciência do sujeito se faz no coletivo das relações. A compreensão crítica de si e da classe trabalhadora (associações) é obtida pela consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica, é consciência política e histórica. É a possibilidade de compreender o papel do eu/sujeito/coletivo, de gestar uma organização do trabalho, que dê condições da manutenção da vida e da valorização do trabalho coletivo e solidário.

O desenvolvimento da organização de uma produção associada surge como uma nova alternativa ao desemprego, a partir de um novo setor econômico, formado por trabalhadores que por conta própria, se organizam em trabalhos coletivos (familiar ou não). Esse novo setor é composto principalmente por desempregados ou os que não conseguiram se inserir no mercado de trabalho. Isso pode ocorrer através da “expansão das iniciativas populares de geração de trabalho e renda, baseados na livre associação de trabalhadores e nos princípios de autogestão e cooperação” (GAIGER, 1999, p. 29).

3 - MÃOS DE MULHERES ARTESÃS: NA MODELAGEM DO BARRO É CONSTRUÍDA A ASSOCIAÇÃO “ARTE DA TERRA”

² Na constituição do capitalismo, o controle do trabalho adquire um capataz: o relógio (...). “Autogestão, disciplina no trabalho e o direito ‘a preguiça’, TIRIBA. Artigo publicado em TORRES, A. SEMERARO, G. e PASSOS, L. A. (orgs.) Educação – fronteira política. Cuiabá: EdUFMT, 2006

Nesse sentido, a Associação “Arte da Terra”, localizada no Distrito de Progresso, há 15 km da cidade de Tangará da Serra-MT (220 km da capital Cuiabá) situada a sudoeste do estado de Mato Grosso, foi construída da seguinte maneira: segundo Dona Luciana³ (D. Ana, como gosta de ser chamada), o início da associação se deu a partir de alguns cursos oferecidos pela prefeitura e secretaria de Turismo. Uma artesã local ensinou técnicas do trabalho com o barro e outro profissional a arte do trabalho com o torno. “- Depois nós caminhamos com as nossas próprias pernas”, completa.

O grupo existe há dois anos e conta com a participação de seis mulheres, de idades que variam de 35 a 64 anos, que na perspectiva da solidariedade e da divisão do trabalho e da produção, se dedicam a confecção de peças ornamentais. O primeiro contato com “Dona Ana”, uma das mulheres e Senhor Chico, seu marido, aconteceu em uma feira de produtos artesanais e alimentícios, onde expunham e vendiam o resultado de seus trabalhos. Pequenas réplicas de animais como tuiuiu (ave típica do pantanal), tangará (que deu nome a cidade), além de vasos, enfeites, fontes de água, pratos de parede, todos feitos de barro, matéria-prima que a associação recebe como doação.

Embora nossas ações de desenvolvimento da pesquisa estejam em processo inicial no Curso de Mestrado, já é possível perceber que a associação de artesãs desenvolve seu trabalho no sentido do domínio dos meios de produção e comercialização de sua produção, de subsistir, em busca de autonomia econômica e emancipadora do trabalho feminino. São “estratégias populares de trabalho e sobrevivência, entendidas como arte de criar condições favoráveis para satisfação das necessidades humanas, tanto materiais como imateriais” (ICAZA e TIRIBA, 2003, 102). Seria a reinvenção do poder? O “poder” de controlar o processo do trabalho e distribuição do resultado desse trabalho?

Em conversas preliminares foi possível identificar dentre as mulheres, aquela que elas próprias consideram como a líder, que por exercer a função organizativa, tanto no campo da produção como na administração, poderia ser denominado, segundo Gramsci como “intelectual orgânico” deste grupo. A função do novo intelectual orgânico é a conquista da hegemonia da sua classe, assim ele deve ser construtor, organizador, educador permanente (dirigente + político).

Para Pistrak (2005, p.41) “a aptidão para trabalhar coletivamente só se adquire no trabalho coletivo, mas a aptidão para o trabalho coletivo significa também que se sabe dirigir quando é necessário e obedecer quando é preciso (...)”. É a possibilidade de produção e renda,

³ Os nomes verdadeiros foram preservados.

e dos associados tomarem as “rédeas da própria vida”. É o trabalho coletivo solidário é também a retomada da discussão do conceito de economia solidária. Sobre esse termo Singer (2003) diz que,

Economia solidária é hoje um conceito amplamente utilizado dos dois lados do atlântico, com acepções variadas, mas que giram em torno da idéia da solidariedade, em contraste com o individualismo competitivo que caracteriza o comportamento econômico padrão nas sociedades capitalistas. (p.116).

A autogestão traz potencialmente uma série de vantagens e desafios a serem superados. Difere da racionalidade capitalista que não é solidária nem tampouco inclusiva. A (re)construção dessa cultura da auto-gestão só será possível e benéfica se as pessoas compreenderem o que é preciso construir e como. Assim, o trabalho associado é revertido em favor dos próprios produtores que tem a possibilidade de melhoria da qualidade da vida, de sua satisfação e da realização de sonhos.

Nos diálogos construídos com as mulheres artesãs, a respeito dos anseios e sonhos do grupo, destacamos alguns bastante significativos: “-vontade de vender pra fora”; “- nosso sonho é de comprar uma máquina de mexer o barro”. Percebemos nessas falas o desejo de que a associação cresça e concretize a vontade do trabalho ser (re)conhecido fora da sua cidade; sobre a aquisição da “máquina de mexer barro”, estaria nessa fala o desejo de que o trabalho fique mais fácil e rápido e conseqüentemente haja o aumento da produção? Em que momentos a associação almeja “vender pra fora” e “aumentar a produção” como sendo um apelo da economia capitalista (voraz e desumana) e em que momentos ela (pode ou parece) se afirmar como outra possibilidade do trabalho solidário?

Nesse contexto, pretendemos continuar construindo no decorrer da pesquisa subsídios teórico-metodológicos para refletir sobre a dimensão educativa dos processos de trabalho sob o controle dos trabalhadores nas experiências das associações populares. No caso específico da Associação de Artesãs “Arte da Terra” do município de Tangará da Serra, pretendemos identificar as relações pedagógicas que permeiam o fazer produtivo. Retomando a discussão anterior, sobre o que é auto-gestão, Pistrak (2005, p.41) propõe,

O desenvolvimento de três habilidades: 1) aptidão para trabalhar coletivamente e para encontrar espaço num trabalho coletivo; 2) aptidão para analisar cada problema novo como organizador; 3) aptidão para criar as formas eficazes de organização.

Essas habilidades devem ser desenvolvidas no coletivo das organizações, num exercício coletivo da autoconsciência e auto-organização. A autogestão, apesar de não ser uma idéia nova, é vista como a possibilidade de devolver ao trabalhador parte daquilo que o capitalismo lhe foi tomando ao longo dos séculos. Como afirma Frigotto (2000, p.15-26),

A forma do capital agora é predominantemente de destruição de direitos e obstáculo à liberação de trabalho, já possibilitado em larga escala pelo avanço das forças produtivas, não significa que o sistema capital desapareça automaticamente por suas contradições internas. Os indícios que temos, assinalados por vários autores é que o capital continua agora se afirmando pela destruição. Dados não faltam.

E como limites/dificuldades a serem superados, temos os problemas decorrentes de trabalhar com os “restos do capitalismo” (TAUILLE, 2002). As associações de autogestão são formadas por pessoas que (em sua grande maioria) não possuem grande patrimônio pessoal e, têm um reduzido grau de instrução, apesar de dominar o fazer “prático”, mesmo que por vezes tenha dificuldades de falar sobre esses conhecimentos. A falta de recursos financeiros faz com que a associação nasça com uma estrutura de capital deficiente e que a necessidade de capital de giro seja superior à sua capacidade de financiá-lo. A falta de instrução formal dos associados, de conhecimentos técnicos e práticos e a falta de experiências para lidar com o mercado dificultam o domínio do processo produtivo.

Sobre as dificuldades encontradas no trabalho associativo, nas falas das mulheres aparecem questões importantes que podem nos ajudar a compreender as relações pedagógicas de trabalho, do fazer coletivo. Por exemplo, sobre a disciplina do trabalho, Dona Luciana se “queixa”: “- tem uma que fica “moiando” (enrolando?), “- ela fica moiando, mas ela é boa para aprender os cursos e passar para nós, ela vai para fora, viaja e trás as novidades pra gente”; sobre o “controle” do tempo de trabalho ela diz: “- estamos querendo assinar ponto”; e mais: “-tem reunião de avaliação todo mês”. O processo de produção é contraditório, mas é também educativo. Para Marx e Engels,

O homem se educa, se faz homem, na produção e nas relações de produção, através de um processo contraditório em que estão sempre presentes e em confronto, momentos de educação e de deseducação, de qualificação e desqualificação e, portanto, de humanização e de desumanização. (Apud KUENZER, 1998, p.11)

Pensar uma economia popular humana e solidária é pensar as dificuldades pelas quais passam os trabalhadores na organização dos processos produtivos. E esses momentos devem ser compartilhados com os demais sujeitos envolvidos, para que se encontre o melhor

caminho. Para Tiriba (1998), nem toda economia popular é solidária e nem toda economia solidária é popular. É necessário refletir sobre qual o conceito/prática de economia popular e solidária que queremos construir.

Assim, as mãos que misturam a terra, transformam o barro em arte, também desenvolve habilidades para o trabalho associado coletivo, mas aprender a se organizar implica compreender que sociedade queremos, ou estamos construindo, definir com quem e para que sonhamos essa superação. “É criar e recriar uma nova disciplina do trabalho” (TIRIBA, 2006, p.71). É Perceber/compreender/aprender como são construídas, como se tecem as relações históricas/econômicas-sociais-educacionais nesta associação. É compreender um pouco dessas protagonistas que resistem nos espaços de vida e de trabalho aos modos de produção capitalista, excludente e desumanizador das relações.

Enfim, é preciso compreender como é o movimento de educação por intermédio do processo de trabalho e o que é a auto-gestão e gestão participativa para as mulheres trabalhadoras. Como os saberes do trabalho associado são organizados e difundidos? Como se dá esse processo de consciência do eu/sujeitos/coletivo? Em quais momentos o trabalho coletivo das mulheres de Tangará da Serra se apresenta como possibilidade da tessitura de outros fios, quiçá de uma “outra” lógica de sociedade mais humana, mais fraterna, mais justa e mais solidária?

BIBLIOGRAFIA

ANDERY, Maria Amália. Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica. São Paulo: EDUC. 1996.

CHARLOT, Bernard, Da relação com o saber: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artes médicas Sul, 2000

FONSECA, Claudia. Quando cada caso não é um caso: pesquisa etnográfica e educação. Revista Brasileira de Educação. BH: n.10 (jan/abr), p.59-78, 1999.

FRIGOTO, estrutura e sujeito e os fundamentos da relação trabalho e educação – Texto apresentado no I Simpósio Trabalho e educação, realizado pelo NETE/FAE/UFMG em junho de 2001, publicado na Revista Trabalho e Educação, n. 9, jul/dez., 2001, p.15-26)

GAIGER, Luiz, Significado e tendências da economia solidária. In: CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (Org.), Sindicalismo e economia solidária. São Paulo, 1999.

GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

_____, *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989

ICAZA, Ana, e **TIRIBA**, Lia, *Economia Popular*. In Cattani, A.: *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003: 101-109.

KUENZER, Acácia Zeneida. *Pedagogia da fábrica – as relações de produção e a educação do trabalhador*. São Paulo: Autores Associados. 1985.

_____, *Desafios teóricos-metodológicos da relação trabalho-Educação e o papel social da escola*. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p. 55-75 (Estudos Culturais em Educação).

MARX, Karl. *O dezoito Brumários de Luis Bonaparte*, p. 1. Apud Andery, 1996.

NOGUEIRA, M. A.. *Educação, saber, produção em Marx e Engels*. São Paulo: Cortez. 1990.

PISTRAK, *Fundamentos da escola do trabalho*. São Paulo: Expressão popular. 2005. p.41.

SINGER, P. e **SOUZA**, A. *A economia solidaria no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.

_____, *Economia Solidária*. In: CATTANI, Antonio D. (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003. p.116. Apud *Economia solidária e educação de jovens e adultos / Sonia M. Portella Kruppa, organização. – Brasília: Inep/MEC, 2005. Texto: Redes, educação e Economia Solidária: novas formas de pensar a educação de jovens e adultos de Marcos*.

TAUILE, R. José; **DEBACCO**, S. Eduardo. *Autogestão no Brasil: o salto de qualidade nas políticas públicas*. Inédito. Apresentado no VII Encontro Nacional de Economia Política e no II Colóquio Latino-Americano de Economistas Políticos, 30 de maio de 2002, Curitiba (PR).

TAVARES, Maria Augusta. *Os fios (in) visíveis da produção*, São Paulo: Cortez, 2005.

TIRIBA, Lia. *Economia popular e cultura do trabalho: pedagogia(s) da produção associada*. Ijuí, 2001.

_____, *Brincando de casinha: fragmentos da economia, cultura e educação*, Artigo publicado em Frigotto, G e Ciavatta, M. : *A experiência do trabalho e a educação básica*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002: 69-86.

_____, *Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa*. Artigo publicado em *Perspectiva – Revista do Centro de Ciências da Educação/UFSC*, n. 27, vol.26, n.1, jan/jun. Florianópolis. 2008.

_____, *O trabalho no olho da rua: fronteiras da economia popular e da economia informal*, publicado na *Revista Proposta/FASE*, n. 97, julh/agos de 2003: 38:39.

_____, **TORRES**, A; **SEMERARO**, G. e **PASSOS**, L.A.(org.) *Educação – fronteira política*: Cuiabá: EdUFMT, 20